

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disso, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária; e

João Carlos Salgado Craveiro - Estagiário.

.....

Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Rebeca Reitz

Revisão: Camila Veloso

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 89ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal, a AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 7.198 - STF, que julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade do art. 98-A da Lei Complementar 39/2002 do Estado do Pará, incluído pela Lei Complementar estadual 125/2019. Como também, a PORTARIA ICMBIO nº 1.111, DE 9 de novembro de 2022, que instituiu o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) para acompanhar a implementação e realizar a monitoria e a avaliação do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Peixe-boi marinho.

Já na esfera estadual, destaca-se a publicação do DECRETO nº 2.744, de 9 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS), altera o Decreto nº 941, de 03 de agosto de 2020, e revoga o Decreto Estadual nº 344, de 10 de outubro de 2019. Como também a publicação do DECRETO nº 2.745, de 9 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Programa Regulariza Pará. E o DECRETO nº 2.750, DE 10 de novembro de 2022, que dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN) e cria o Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (GT-PRVN).

No âmbito municipal, evidenciamos a PORTARIA SEMAD nº 3.011, de 16 de novembro de 2022, a qual dispõe acerca dos Expedientes dos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquias e Fundações do Município de Belém, nos dias de Jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2022;

No "Fique de Olho", indicamos o curso gratuito de Noções de Ciência Política aplicada à Gestão de Recursos Hídricos, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Neste curso, são apresentados os aspectos indispensáveis ao funcionamento do federalismo no sistema político brasileiro e é esclarecido como ocorre a gestão das políticas públicas e como atuam os sujeitos envolvidos. Esses tópicos tem como base a gestão dos recursos hídricos no território nacional.

No "NEL Indica", destacamos a obra "Uma história das florestas brasileiras ". A obra alerta sobre as consequências da devastação ao mesmo tempo que aponta caminhos para um futuro ecologicamente promissor, no qual intervenções à natureza serão realizadas com respeito aos indígenas, à fauna, à flora e às comunidades tradicionais que habitam, trabalham e vivem das matas. Mas são necessárias ações severas e imediatas de preservação. Caso contrário, os efeitos da intervenção humana sobre o meio ambiente serão irreversíveis.

No "Semas na Mídia" desta edição, destacamos a publicação no site da Agência Pará, acerca do Pioneirismo paraense em REDD+ e respeito aos povos tradicionais.

Boa leitura!
Equipe Nel

NORMAS FEDERAIS



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 7.198 - STF. O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade do art. 98-A da Lei Complementar 39/2002 do Estado do Pará, incluído pela Lei Complementar estadual 125/2019.

LEI FEDERAL nº 14.466, de 16 de novembro de 2022. Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que "dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado".

DECRETO FEDERAL nº 11.259, de 18 de novembro de 2022. Altera o Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, e o Decreto nº 11.243, de 21 de outubro de 2022, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas para a promoção de boas práticas regulatórias no âmbito do Poder Executivo federal para atender ao Anexo II ao Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência, promulgado pelo Decreto nº 11.092, de 8 de junho de 2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA MC/SE/SECAD-SEDS/SENARC nº 5, de 4 de novembro de 2022. Define e divulga os procedimentos operacionais, o cronograma e as repercussões relativas ao processo de Averiguação Cadastral Unipessoal, voltada para famílias unipessoais inscritas no Cadastro Único.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA/IBAMA nº 13, de 4 de novembro de 2022. Regulamenta, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o processo administrativo de apuração, determinação e cobrança de crédito tributário decorrente da Taxa de Manutenção de Registro ou da Classificação do Potencial de Periculosidade Ambiental (PPA), classes I, II, III e IV, de agrotóxicos e afins, no que se refere, especificamente, aos itens 4.3 e 4.4 do anexo da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.



NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA/IBAMA nº 15, de 18 de novembro de 2022. Altera o Anexo da Instrução Normativa Nº 22, de 24 de setembro de 2020, que dispõe sobre a regulamentação prevista no artigo 2º da Resolução Conama Nº 492, de 20 de dezembro de 2018, relativo à determinação das emissões de gases orgânicos não metano (NMOG) provenientes do escapamento de veículos rodoviários leves de passageiros e leves comerciais quando abastecidos com etanol hidratado brasileiro de referência (EHR), gasool A22, gasool A11H50, gás combustível veicular de referência (GVR) ou Diesel.

PORTARIA ANPD nº 35, de 4 de novembro de 2022. Torna pública a Agenda Regulatória para o biênio 2023-2024.

PORTARIA NORMATIVA PFG/AGU nº 35, de 7 de novembro de 2022. Dispõe sobre o parcelamento extrajudicial simplificado de que trata o art. 37-B, §12, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

PORTARIA MAPA nº 511, de 8 de novembro de 2022. Aprova o Manual Operativo do Escritório de Processos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PORTARIA IBAMA nº 133, de 8 de novembro de 2022. Estabelece Procedimento Operacional Padrão para emissão de autorização para uso do Selo Ruído em eletrodomésticos no âmbito da Coordenação de Controle de Resíduos e Emissões.

PORTARIA MAPA nº 514, DE 8 de novembro de 2022 (*). Estabelece os procedimentos de fiscalização e de certificação fitossanitária de embalagens e suportes de madeira destinados ao acondicionamento de mercadorias importadas ou exportadas pelo Brasil, e dos componentes e peças de madeira utilizados para sua confecção, e dá outras providências.

PORTARIA MCTI nº 6.536, de 9 de novembro de 2022. Dispõe sobre as normas e diretrizes para a prestação de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o Capítulo III, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), referentes aos seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, bem como os procedimentos para a análise das informações prestadas e para a apresentação de contestação e de recurso administrativo ao resultado da análise.

PORTARIA ME Nº 9.763, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022. Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, acerca do expediente nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2022.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA ICMBIO nº 1.111, DE 9 de novembro de 2022. Institui o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) para acompanhar a implementação e realizar a monitoria e a avaliação do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Peixe-boi marinho. Processo SEI nº 02030.000037/2017-62.

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 1.112, de 9 de novembro de 2022. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Pico da Neblina, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (processo SEI nº 02121.001609/2022-79).

PORTARIA GM/MMA nº 288, de 11 de novembro de 2022. Institui a Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos.

PORTARIA SE/MJSP nº 1.574, de 11 de novembro de 2022. Institui, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Comissão de Coleta Seletiva Cidadã - CCSC.

PORTARIA MCTI nº 6.543, de 16 de novembro de 2022. Aprova a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) para o ciclo 2022-2026.

PORTARIA MMA/IBAMA nº 137, de 16 de novembro de 2022. Institui o Programa de Integridade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama para o período 2023 - 2024.

PORTARIA MME/GM nº 706, de 17 de novembro de 2022. Divulgar, para Consulta Pública, proposta de Portaria Normativa que estabelece Diretrizes para a importação de energia elétrica interruptível sem devolução, a partir da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai.

PORTARIA MME/GM nº 708, de 18 de novembro de 2022. Divulgar, para Consulta Pública, minuta do Plano Nacional de Mineração - PNM 2050, destinado ao planejamento de longo prazo do setor mineral do País, com vistas a orientar as políticas de médio e longo prazos para o desenvolvimento do setor mineral.



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO ESTADUAL nº 2.734, de 7 de novembro de 2022. Dispõe sobre os procedimentos de realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

DECRETO ESTADUAL nº 2.744, de 9 de novembro de 2022. Dispõe sobre o Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS), altera o Decreto nº 941, de 03 de agosto de 2020, e revoga o Decreto Estadual nº 344, de 10 de outubro de 2019.

DECRETO ESTADUAL nº 2.745, de 9 de novembro de 2022. Dispõe sobre o Programa Regulariza Pará.

DECRETO ESTADUAL nº 2.746, de 9 de novembro de 2022. Institui o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio) e cria o Comitê Executivo do Plano.

DECRETO ESTADUAL nº 2.750, DE 10 de novembro de 2022. Dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN) e cria o Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (GT-PRVN).

PORTARIA SEMAS nº 2789, de 03 de novembro de 2022. Altera a PORTARIA Nº 1.291/2021 de 30/11/2021, que dispõe sobre a instituição da Comissão Permanente de Avaliação de Produtos e Subprodutos Florestais apreendidos pela Secretaria Estadual de Meio ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS.

PORTARIA SEMAS nº 2792, de 03 de novembro de 2022. Torna público o resultado definitivo das metas institucionais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, referente ao décimo primeiro ciclo de Avaliação da GDGA, compreendido no período de 01 de julho a 31 de outubro de 2022, conforme anexo único que faz parte integrante desta Portaria.



NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA SEMAS nº 2816, de 04 de novembro de 2022. Homologa o Acordo de Pesca na área de influência dos territórios da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós, na região do rio Tapajós.

PORTARIA SEMAS nº 2821, de 10 de novembro de 2022. DELEGA competências à Diretora de Gestão Administrativa e Financeira LILIA MARCIA RAMOS REIS.

**Republicado por ter saído com incorreções no DOE nº 35.183, de 10.11.2022.*

PORTARIA SEMAS nº 2858, de 10 de novembro de 2022. Tornar público as metas para avaliação institucional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, previstas para o décimo terceiro ciclo de avaliação, compreendido no período de 01 de novembro de 2022 a 28 de fevereiro de 2023, referentes ao processo de avaliação de desempenho, conforme anexo único que é parte integrante desta Portaria.



NORMAS MUNICIPAIS



PORTARIA SEMAD/PMB nº 3.011/2022, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022. Dispõe sobre os Expedientes dos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo Municipal, nos dias de Jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2022.



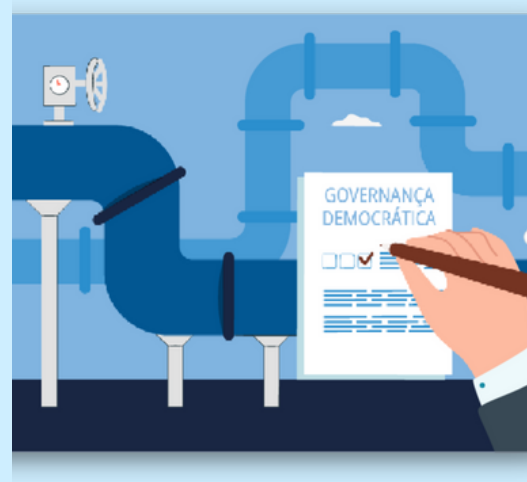
FIQUE DE OLHO



Guia de Orientação e Formulários para Inspeções de Segurança de Barragem

O curso é gratuito e promovido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, tem por objetivo apresentar questões relativas à legislação que regulamenta as inspeções de segurança regulares e especiais em barragens. Você conhecerá as etapas, produtos e processos envolvidos e aprenderá a sistematizar e preencher os formulários de inspeção de segurança.

Para se inscrever, [clique aqui](#).



Noções de Ciência Política aplicada à Gestão de Recursos Hídricos

O curso é gratuito e promovido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Neste curso, você compreenderá os elementos fundamentais para as possibilidades e limites da governança democrática. Nele são apresentados os aspectos indispensáveis ao funcionamento do federalismo no sistema político brasileiro e é esclarecido como ocorre a gestão das políticas públicas e como atuam os sujeitos envolvidos. Esses tópicos tem como base a gestão dos recursos hídricos no território nacional.

Para se inscrever, [clique aqui](#).



Uma história das florestas brasileiras

Com depoimentos de Drauzio Varella, Fernando Gabeira, Sonia Braga e Fabio Feldmann, Uma história das florestas brasileiras ganha capa assinada por Sebastião Salgado e mais três fotos de sua autoria que ilustram desde o dia a dia dos povos indígenas à exuberância das matas brasileiras.

A destruição de florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil é decorrência do tipo de desenvolvimento imposto desde a colonização do país, cuja expansão econômica se deve, principalmente, à exploração de recursos naturais. Mas esse suposto desenvolvimento tem trazido, no longo prazo, vantagens econômicas e sociais para a maioria da população? Cabe a quem impedir que a ocupação do território seja feita de forma cada vez mais agressiva ao meio ambiente?

Para responder essas e outras perguntas, Zé Pedro de Oliveira Costa apresenta neste livro um panorama detalhado sobre as diferentes etapas da ocupação do território brasileiro a partir da derrubada de sua vegetação original. O autor foi o primeiro secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e hoje atua como pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da mesma instituição. Além de um dos organizadores do Sistema Ambiental brasileiro, Zé Pedro é um dos maiores responsáveis pela criação de parques e outras áreas protegidas de grande dimensão do país, tendo alcançado que muitas delas integrem hoje a lista do Patrimônio Mundial Natural da UNESCO.

Em Uma história das florestas brasileiras, acompanhamos desde a derrubada das matas litorâneas para a implantação dos canaviais, no século XVI, até a acelerada destruição da floresta amazônica no século XX. Chegamos ao século XXI com uma fúria destrutiva crescente sobre as florestas. O autor alerta sobre as consequências da devastação ao mesmo tempo que aponta caminhos para um futuro ecologicamente promissor, no qual intervenções à natureza serão realizadas com respeito aos indígenas, à fauna, à flora e às comunidades tradicionais que habitam, trabalham e vivem das matas. Mas são necessárias ações severas e imediatas de preservação. Caso contrário, os efeitos da intervenção humana sobre o meio ambiente serão irreversíveis.



SEMAS NA MÍDIA



AGÊNCIA PARA



DESTAQUE

Pioneirismo paraense em REDD+ e respeito aos povos tradicionais são referência internacional na COP 27

Pará desponta no cenário climático com formulação de políticas públicas de manejo sustentável de florestas com o objetivo de alcançar um modelo econômico de baixo carbono

Por Ronan Frias (COHAB)

17/11/2022 11h48



Para conferir a matéria na íntegra,
[clique aqui!](#)



11



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br